



Governo Do Estado De Minas Gerais

Secretaria De Estado De Direitos Humanos ,Participação Social E Cidadania – Sedpac
Conselho Estadual De Defesa Dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência - CONPED

Ata da 4ª reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência realizada no dia 15 de Maio de 2017, às 14h04m, no auditório da Casa de Direitos Humanos – Av. Amazonas, 558 – 7º andar – Centro – Belo Horizonte, reuniram-se em plenária ordinária os conselheiros (as), Romerito Costa Nascimento (CAADE), Milton Henriques de Oliveira (ADEFOM), Josélio Ricardo Nunes Coelho (ASUGOV), Roberto Carlos Pinto (ADEVUDI), Rosival Ferreira de Araújo (ADF PARACATU), Rita de Cássia Righi Rodrigues Chaves (AMR), Júnia Elizabeth Reis (MP), Alexander Fabian Malheiros (SES), Caio Múcio Pimenta (LOUIS BRAILLE), Adinilson Marins (FEAPAES), Glicélio Ramos da Silva (SEC), Maria Cristina Melo Campos Teixeira (SEE), Maria Patrícia Garcia e Souza (SETOP), Marinéia Crosara Resende (APARU). Intérprete de LIBRAS presente: Raquel P. Alves, para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: – **I-Verificação do quórum** para instalação dos trabalhos; Romerito iniciou os trabalhos conferindo o quórum, quatorze conselheiro (as) presentes. Quórum qualificado **II-Justificativas das ausências**; leitura das justificativas de ausências, Rosana Carvalho Pereira (SEDESE) reunião, Maria Luiza Gomes Passos Vieira (SEE), férias, Andreísa Jacinto de Oliveira Santos (CRP) reunião. **III Verificação e aprovação da ata** – Romerito pergunta se todos leram a ata da reunião do dia 17/04/2017 e solicitou que ata fosse alterada , pois consta que não houve quórum , após verificação observou que a reunião estava com quórum qualificado com onze conselheiros(as) presentes, alteração será realizada com a concordância dos presentes. Ata da reunião do dia 17/04/2017 não foi aprovada. **IV-Apresentação dos relatórios das comissões** – Assistentes Sociais da comissão nacional dos assistentes sociais da FENASPS (CONASF) manifesta defesa do modelo de avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência para fins de elegibilidade do acesso às políticas públicas sociais, baseado na classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde /OMS. Leitura do relatório por Rita Righi – perícia recebimento BPC atualmente agendamento, apresentação documentos,avaliação biopsicossocial , avaliação médica. Movimento da classe médica de peritos para que seja responsável também pela fase realizada pela assistência social. As assistentes sociais consideram que haverá um retrocesso. Encaminhamento a ser realizado pelo CONPED fazer um relatório/ofício para ser enviado para o Ministério Público Federal , CONADE, SECRETARIA DIREITOS HUMANOS e posteriormente para conhecimento da Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa (caso se aprovado pela plenária (CONPED)). Roberto Carlos resumiu os fatos colocados pelos representantes INSS. Sr. Milton está temeroso pela mudança, caso ocorra, pois o parecer social e muito importante. O movimento é para que os médicos-peritos façam todas as avaliações, tomando para se as pareceres da reabilitação e assistência social. Adinilson Marins – considera que não volta/reverter ao modelo anterior. Marinéia, movimento para garantia de direitos avaliar se seria uma ação do CONPED, evitando trabalho sem um resultado positivo. Rosival Ferreira, atual governo trabalha para acabar com as representações da sociedade civil, fazendo que o governo fique distante do cidadão. Considera que o Conselho não deve ficar sem se manifestar, acompanhando todos os movimentos legítimos. Por isso, pela manhã

Roberto

sugeriu que o relatório deverá ser enviado para a Assembleia. Romerito, o documento deve constar que a equipe multidisciplinar deve realizar sua parte no processo de avaliação para recebimento do auxílio do BPC quem está fazendo o movimento é a Associação dos Médicos peritos. Considera que o CONPED deve se posicionar. Comissão Políticas Públicas. Comissões de Políticas Públicas, Roberto Carlos, Ricardo do Conselho Municipal de Martinho Campos - Gestor Secretaria de Desenvolvimento Social, conselho está desarticulado e querem fazer nova eleição e gostaria de orientação, são quatro vagas para titular e quatro suplentes, mas que só poderia ser indicadas pessoas com deficiência intelectual da APAE ou usuários desta instituição. Encaminhamento de a comissão buscar atuação Secretaria de Saúde, PSF, Secretaria Educação para verificar a existência de pessoas com deficiência surdez e visual e física. Somente depois da busca ativa no município será realizada uma orientação. Adinilson considera que a lei de criação do conselho deve ser seguida. Romerito, prefeitura deve seguir a lei. A orientação é que não deve condicionar as decisões que o Conselho municipal deve tomar. Tomar cuidado, busca ativa não significa que obtenha o perfil para participação de um conselho. Comissão de Articulação auxilia na rearticulação que possa ser necessária. Roberto, verificar a lei municipal de implantação do conselho de Martinho campos e verificar equívocos. Marinéia, seguir a lei, reativar e reescrevê-la com as correções necessárias. Fabian sugeriu pela manhã busca ativa, inclusive para identificar as pessoas com deficiência, até para verificar a existência e a intervenção que possa ser necessário de cuidar para não orientar algo que interfira no âmbito municipal. Marinéia, não seria o conselho a fazer a busca ativa e sim as secretarias. Romerito, após a reativação do conselho, ele deve discutir suas estratégias, buscar dados IBGE mais recentes até para o gestor conhecer sua demanda. Rita, BHTRANS queixa em relação ao MOVE complicação prazo para resposta MP colocar formulário no site para levantamento. CONPED pediu dilação prazo por ofício e resposta MP por e-mail sem definição do prazo. Dra. Júnia sugeriu que fizesse novo pedido através do mesmo e mail. O prazo foi sugerido no ofício, talvez a dilação fosse autorizada conforme o pedido. Romerito o formulário ficou complexo talvez ficasse um mês -um mês e meio. Romerito, articulação dos conselhos de defesa dos direitos por região, é um desafio proposta feita em Uberlândia e também no Sul de Minas, também formação de conselheiros, descoberta de novas lideranças e criação de novos conselhos frente Sul Mineira encontro será em Santa Rita do Sapucaí, Zona da Mata cinco municípios, liderança ligados à temática, sugere à comissão ofício Secretário Direitos Humanos solicitando apoio logístico. Articula região metropolitana, norte, nordeste ampliando as discussões. **V - Seminário temático:** Carlos Wagner, sociólogo, voluntário no CONPED, tema da apresentação, controle social e o papel dos conselhos de direitos (apresentação secretaria executiva do CONPED). Romerito encaminhará ofício a Secretaria de Saúde solicitando a participação na apresentação no seminário temático. Romerito, objetivo dos conselhos de direitos é defender os direitos, refletir o que queremos e quais os instrumentos que serão utilizados para as interferências e considerar as dificuldades dos conselhos de direitos, com agir? O que precisa ser significado? Refletir sobre o que fazer e fazer de forma diferente para avanços. Marinéia, a reflexão é necessária e pertinência. Dentro de cada segmento as necessidades e discussões são muito diferentes. Discussão ampla sobre todos os segmentos para garantia dos direitos. Josélio concorda muito interessante a palestra. Deficiente mental ou outras deficiências, os direitos são acompanhados de muitos problemas. Mudança população discutiu para mostrar para a mídia a igualdades e derruba as barreiras ainda existentes, para melhorar o

que está posto. Na mídia coloca-se o bonito, mas precisa saber e apontar o que existe por trás. Adinilson, por fragilidade ou maldade há terrorismo no meio de nós, “vamos perder”. Ele é otimista, a sociedade está em construção... Cada pensamento é específico, mas deve se pensar como um todo. Carlos Wagner, não é terrorismo suas considerações foram baseadas em dados. Os recursos financeiros estarão todos num cabide único. As prioridades de gastos talvez não seja a de contemplar a pessoa com deficiência. O recurso necessário para a pessoa com deficiência soa caro para os governantes. Rosival, tendência ao retrocesso, às instituições parceiras devem apoiar se exigindo a ampliação das políticas públicas. VI – Apresentação do site Participa MG, Daniel Perini da SEDPAC Subsecretaria de participação social e Cidadania (SUBPAS) notícia para pensar e significar Participa MG Secretaria de Direitos Humanos, participação Social e Cidadania, Como reduzir o custo de participação? Não só financeiro, para encurtar caminho, rede livre e pública, não tem intenção de acumular rede social site www.participa.mg.gov.br site está em construção e gostaria de sugestões de acessibilidade. Por não haver mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às 16h32min minutos. Eu, Maria de Lourdes Requeijo Carvalho, lavrei a presente ata que dato e assino.

Belo Horizonte, 15 de Maio de 2017.

Romerito Costa Nascimento (CAADE)

Milton Henriques de Oliveira (ADEFOM)

Josélio Ricardo Nunes Coelho (ASUGOV)

Roberto Carlos Pinto (ADEVIUDI)

Rosival Ferreira da Silva (ADEFI PARACATU)

Rita de Cássia Righi Rodrigues Chaves (AMR)

Marinéia Crosara Resende (APARU).

Júnia Elizabeth Reis (MP)

Alexander Fabian Malheiros (SES)

Caio Múcio Pimenta (LOUIS BRAILLE)

Adinilson Marins (FEAPAES)

Glicélio Ramos da Silva (SEC)

Maria Cristina Melo Campos Teixeira (SEE)

Maria Patrícia Garcia e Souza (SETOP)